§2º - As entidades da sociedade civil deverão, preferencialmente inscrever chapas que observem a representação de gênero.

Art. 4º A Entidade da Sociedade Civil, com registro de atuação e sede nos limites territoriais do Pará, deve providenciar sua habilitação junto a Comissão Técnica, dentro do prazo estabelecido no Edital de Convocação, conforme os ditames abaixo:

I. Estar regularmente constituída e apresentando cópia do Estatuto em vigor, devidamente registrada em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica;

II. Apresentar cópia da ata de eleição da diretoria, dentro do período do mandato vigente;

III. Apresentar ata da reunião que aprovou a indicação do candidato a ser inscrito no processo eleitoral para uma (01) vaga de Conselheiro(a) Representantes da Sociedade Civil no CONSEP, titular e suplente, comprovando o vínculo do escolhido com a Entidade, e participante de seu quadro social pelo menos a dois (2) anos;

IV. Cópia do cartão de inscrição da entidade ou organização no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

V. Provar sua regularidade para com as Fazendas Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI. Provar regularidade relativa à Seguridade Social junto ao INSS (Certidão Negativa de Débitos - CND) e ao FGTS (Certificado de Regularidade de Situação - CRS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Art. 5º Poderão participar do Processo de Escolha dos membros do CONSEP, na representação da sociedade civil:

Todas as pessoas da comunidade local, maiores de 21 anos de idade, ter nacionalidade brasileira, que possuam domicílio eleitoral no Estado do Pará, e que preencham as exigências previstas na presente Resolução;

Os atuais conselheiros representantes do CEDECA, CEDENPA, SDDH, que ainda não completaram o segundo mandato consecutivo, poderão concorrer ao pleito, desde que inscrito por suas respectivas entidades;

III. Todas as pessoas que já tenham exercido a função de conselheiro do CONSEP, por representação da sociedade civil, desde que inscrito por suas respectivas entidades;

IV. Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgada;

IV. Estar em pleno exercício dos direitos políticos;

V. Ser legalmente filiado a mais de dois (2) anos indicado por entidade da sociedade civil, que possua registro de atuação e sede nos limites do território paraense;

VI. Ser inscrito por uma entidade representativa da sociedade civil;

VII. Não integrar o corpo funcional das Instituições que compõem o SIEDS, ou possuir parentesco até o 3º (terceiro) grau, ascendente, descendente ou colateral, com os seus atuais membros;

VIII. O Conselheiro(a) eleito poderá disputar somente uma recondução, desde que indicado por sua entidade, devendo o mesmo submeter-se a idêntico processo eleitoral dispensado aos demais candidatos indicados por outras entidades da sociedade civil;

IX. Não poderão participar do processo de escolha dos Conselheiros do CONSEP: a) aqueles que não preencham as exigências previstas na presente Resolução;

b) os atuais Conselheiros do CONSEP que estão no segundo mandato consecutivo;

c) peessoas indicadas por entidade cuja habilitação tenha sido indeferida;

d) peessoas inscritas por mais de uma entidade, o que poderá ser comprovado mediante aferição do CPF.

Art. 6º No Edital de Convocação deverá constar, entre outros:

I. O prazo que a Entidade da Sociedade Civil deve se habilitar a indicar seu candidato;

II. Fixar o local onde os documentos deverão ser entregues;

III. Estabelecer a localidade, data e hora da sessão que o conselheiro(a) eleito irá participar da Sessão pública de homologação da eleição pelo Plenário do CONSEP.

IV. Outros considerados essenciais, a critério da Comissão Técnica elaboradora.

V. O evento poderá ser presencial ou virtual.

Parágrafo Único - Encerrado o prazo para habilitação das Entidades da Sociedade Civil, a Comissão Técnica terá três (3) dias para verificar e analisar a documentação recebida, notificar sobre eventual necessidade de complementação documental, caso seja preciso, deferindo e/ou indeferindo a solicitação de habilitação da Entidade e/ou do candidato por ela indicado.

Art. 7º O candidato proposto, pela entidade da sociedade civil, após aprovação pela Comissão Técnica, por ter preenchido todos os requisitos exigidos no presente Regulamento, deverá expor sua proposta de atuação de forma virtual e/ou presencial aos integrantes da plenária do evento público organizado para escolha de Conselheiros do CONSEP e posteriormente participar da Sessão Especial no Plenário, para homologação do resultado.

§1º A entidade cujo candidato titular e suplente for eleito para o mandato de Conselheiro poderá propor a recondução por uma única vez, devendo disputar o pleito nas mesmas condições dos demais concorrentes.

§2º Na eventualidade de evento virtual, o vídeo com defesa de candidatura será postado no sítio eletrônico da SEGUP.

Art. 8º - Será declarado eleito para o cargo Conselheiros(as) Representantes da Sociedade Civil no CONSEP, titular e suplente, os três (03) candidatos indicados pelo segmento Civil, que ultrapassando o processo de eleição, forem escolhidos por maioria simples dos integrantes do evento público organizado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública- CONSEP.

§1º Serão eleitos os três (03) candidatos, que obtiverem a maioria dos votos, em ordem decrescente no universo dos votantes.

§2º Havendo empate nos votos dos candidatos inscritos, entre os participantes do pleito eleitoral, será eleito àquele que detenha a idade mais avançada.

Art. 9º A Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEGUP/PA, com

apoio das demais Instituições do Sistema de Segurança Pública prestarão o apoio administrativo e os meios necessários que garantam as atividades prevista na presente Resolução.

Art. 10º A Comissão Técnica encarregada de organizar e dirigir o Pleito expedirá as demais normas necessárias para concretização do evento, que serão aprovadas pelo Presidente do CONSEP.

Plenário do CONSEP, em Belém 30 de setembro de 2020.

Ualame Fialho Machado

Presidente do CONSEP

Secretario de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: dispensar JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA da Direção-Geral do Hospital Ophir Loyola.

PALÁCIO DO GOVERNO, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: designar JOEL MONTEIRO DE JESUS, Diretor Clínico, para responder, até ulterior deliberação, pela Direção-Geral do Hospital Ophir Loyola.

PALÁCIO DO GOVERNO, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

Protocolo: 602655

DECRETO Nº 1165 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Fundo Estadual de Saúde - FES, órgão da Administração Pública Estadual, crédito especial no valor de R\$ 1.841.067,00 para atender à programação constante nesse Decreto.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V da Constituição Estadual, combinando com o art. 42 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida no art. 1º e inciso I do art. 2º da Lei nº 9.039, de 22 de abril de 2020, que cria a ação orçamentária COVIDPARA.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do FES, órgão da Administração Pública Estadual, crédito especial no valor de R\$ 1.841.067,00 (Um Milhão, Oitocentos e Quarenta e Um Mil e Sessenta e Sete Reais), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
901011030215077684 - FES	0186	334181	541.067,00
901011030215077684 - FES	0186	339030	1.100.000,00
901011030215077684 - FES	0186	339039	200.000,00
TOTAL			1.841.067,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Excesso de Arrecadação, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com recursos previstos pelo art. 5º, inciso I, "a" da Lei Complementar Federal no 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 de novembro de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

DECRETO Nº 1166, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 33.453.091,91 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 33.453.091,91 (Trinta e Três Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Três Mil, Noventa e Um Reais e Noventa e Um Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781214998317 - SEEL	0101	339032	20.000,00
151011339215038421 - SECULT	0101	339039	122.000,00
161011278515096413 - SEDUC	0102	334041	16.012.889,40
211010618115028264 - SEGUP	0106	449052	8.822.118,37
241012266314988788 - SEDEME	0101	335041	190.000,00
901011030215078288 - FES	0103	339030	8.000.000,00
951012645114897648 - NGTM	0101	449051	286.084,14
TOTAL			33.453.091,91

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):